Destaques da Atuação

Procuradoria-Geral da República

Setembro 2021 - Setembro 2022

MPF
Ministério Público Federal

"O Ministério Público não pode ser uma instituição distanciada nem da sociedade, nem do Estado. Devemos promover diálogos e usar o Direito como fator integrativo e de defesa da dignidade da pessoa humana."

Augusto Aras
Procurador-Geral da República

Em busca da unidade

Nos últimos doze meses, o procurador-geral da República, Augusto Aras, intensificou o trabalho à frente do Ministério Público para consolidar uma atuação cada vez mais integrada, focada na conciliação e na busca da efetividade como forma de garantir resultados concretos à sociedade. Essa diretriz norteou as muitas frentes de atuação, tanto na área finalística, perante os tribunais superiores e os órgãos como o Conselho Nacional do Ministério Público, quanto no trabalho administrativo, voltado para estruturar a Instituição e atender às demandas de maneira adequada, respeitando princípios como transparência, impessoalidade, unidade e independência funcional.

Neste espaço, foram reunidos os principais destaques da atuação institucional entre setembro de 2021 e setembro de 2022. O período foi marcado por grandes desafios nas esferas jurídica e social, como também por vitórias que fortaleceram ainda mais o Ministério Público brasileiro na sua condição de defensor da sociedade.

PGR - Números da atuação

setembro 2021 - setembro 2022

Total de manifestações

STF 30.923

STJ 10.965

Acervo de casos no STF

Entrada

33.123

Saída

33.192

Criminal:

Novos casos: 111 (89 no STF e 22 no STJ)

Denúncias: 12 (4 no STF e 8 no STJ)

Denunciados: 49

Novos inquéritos: 33 (21 no STF e 12 no STJ)

Novos Gaecos instalados: 13

Multas pagas por colaboradores no período:

R$ 457.347.840,33

Constitucional: 63 novas ações

ADIs 55

ADOs 4

ADPFs 4

Resultado: Dentre as ações ajuizadas nos últimos 12 meses e já analisadas pelo STF, **90% tiveram decisão favorável** ao posicionamento do PGR.

1 Controle de Constitucionalidade

Uma das mais significativas atribuições do Ministério Público – o controle de constitucionalidade de leis aprovadas tanto pelo Congresso Nacional quanto por Assembleias Legislativas de todo o país – está entre as prioridades do trabalho da Procuradoria-Geral da República. No último ano, essa frente de atuação atingiu números expressivos e incluiu temáticas diversas: da área de saúde ao meio ambiente, de direitos do consumidor a matéria tributária. Em 12 meses, foram propostas **63 novas ações** e apresentados **1.106 pareceres.** Esse esforço permitiu, entre outros avanços, a redução no acervo que, atualmente, é, em média, de 20 ações em análise no Órgão, simultaneamente.

DESTAQUES

Meio ambiente

Apresentação de duas ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) contra normas de Roraima e Rondônia que proíbem a destruição e a inutilização de bens particulares apreendidos em operações e fiscalizações ambientais.

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-questiona-normas-de-rr-e-ro-que-impedem--destruicao-de-bens-apreendidos-em-fiscalizacoes-ambientais

Piso nacional da enfermagem

Manifestação pela constitucionalidade da norma que estabeleceu um piso para profissionais de enfermagem.

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/para-pgr-lei-que-estabelece-piso-salarial-nacional-para-enfermagem-e-constitucional

Inclusão de pessoas com deficiência

Apresentação de ADI contra norma estadual do Amapá que restringiu o acesso de pessoas com deficiência ao sistema educacional.

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-questiona-lei-do-amapa-que-restringe-o-acesso-de-pessoas-com-deficiencia-ao-sistema-educacional

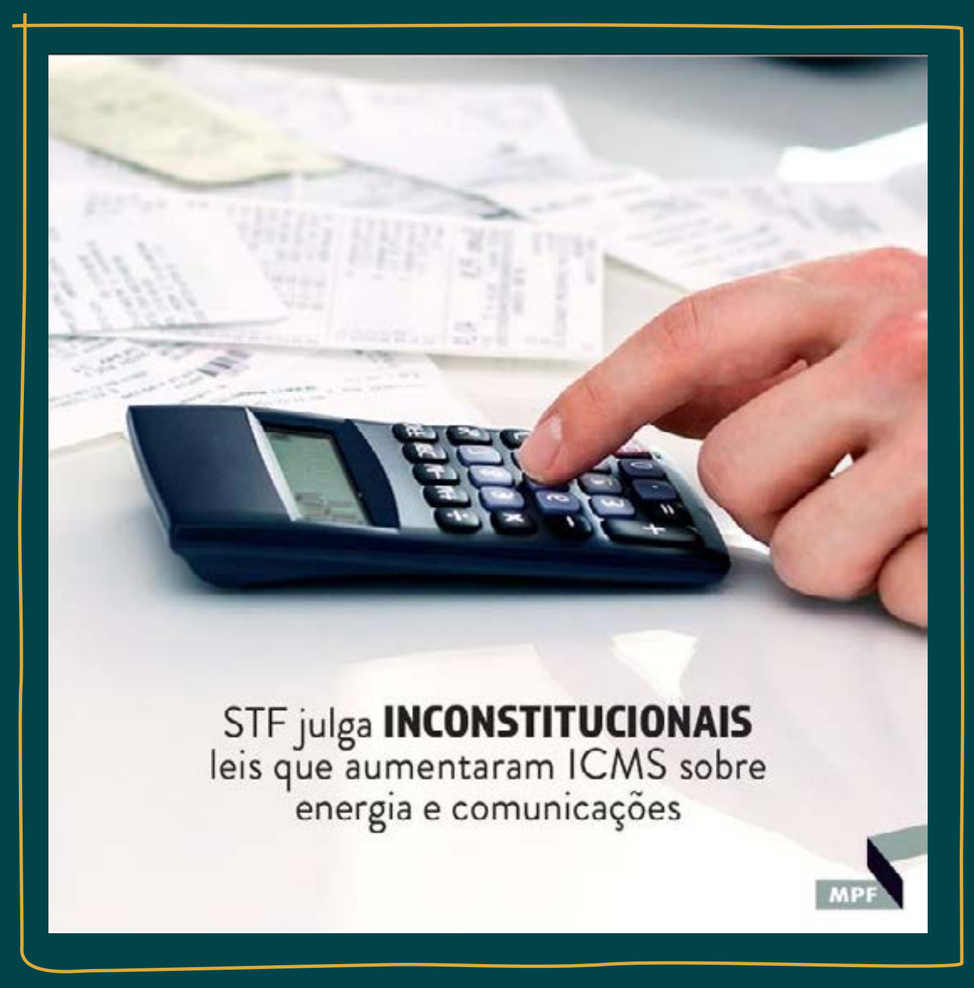
Rol exemplificativo para planos de saúde

Manifestação para que seja reconhecido o caráter exemplificativo do rol de tratamentos e eventos previstos pela Agência Nacional de Saúde (ANS).

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-defende-que-supremo-reconheca-rol-exemplificativo-para-tratamento-de-saude-nao-previsto-na-ans

Ações em bloco

A propositura de ações em bloco com o propósito de uniformizar a legislação sobre um mesmo tema se manteve como diretriz do trabalho. Um dos casos se efetivou em março de 2022, quando um conjunto de 25 ADIs foi proposto contra leis estaduais e do Distrito Federal que aumentaram a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre energia elétrica e comunicações.



http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-apresenta-25-acoes-diretas-de-inconstitucionalidade-contra-aumento-de-icms-sobre-energia-e-comunicacoes

Separação de poderes

Um dos aspectos recorrentes nas manifestações apresentadas em ações constitucionais – sobretudo nas arguições por descumprimento de preceitos fundamentais (ADPFs) – é o que ressalta a necessidade de se preservar as capacidades técnicas e as competências institucionais dos poderes constituídos. O PGR defende a autocontenção do Poder Judiciário e os limites dessa atuação na definição ou implementação de políticas públicas, quando demandam reavaliação de decisões técnicas dos órgãos de governo.

Nos pareceres, o PGR destaca que substituir a atuação dos poderes Legislativo e Executivo pelas ações pretendidas pelos requerentes representaria ingerência do Judiciário no mérito das ações adotadas, para impor determinado modo de agir em sobreposição aos órgãos competentes.

Ausência de regulamentação

A Constituição Federal está completando 34 anos de vigência. No entanto, parte dos direitos nela estabelecidos ainda não foi devidamente regulamentada no ordenamento jurídico, em um silêncio legislativo para o qual o procurador-geral da República tem requerido providências por meio da apresentação de ações de inconstitucionalidade por omissão (ADOs).

Exemplos de ADOs propostas:

ADO 73 – Objeto: Regulamentar dispositivo da CF que assegura aos trabalhadores urbanos e rurais o direito social à proteção em face da automação.

ADO 69 – Objeto: Regulamentar a imposição de pena para quem inclui cor da pele como critério para contratação. O fundamento é o art. 5º da CF, que classifica o racismo como prática inafiançável e imprescritível.

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/exigencia-de-cor-da-pele-para-vagas-de-empregos-configura-crime-de-racismo-e-deve-ser-punido-com-reclusao-defende-pgr

ADO 77 – Objeto: Regulamentar trecho da Constituição Federal que trata da expropriação, para fins de reforma agrária e de programas de habitação popular, das propriedades rurais e urbanas utilizadas para a exploração de trabalho escravo.

https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-pede-que-congresso-nacional-edite-norma-sobre-expropriacao-de-areas-usadas-para-trabalho-escravo

2 Frente Administrativa

Na atuação administrativa, as providências tomadas nos últimos 12 meses incluem várias frentes e, além de suprir demandas internas, impactam nos resultados entregues à população. Um dos destaques é o esforço feito para melhorar a distribuição da força de trabalho pelo território nacional. As medidas adotadas para permitir a instalação da Procuradoria Regional da República da 6ª Região e a destinação de mais ofícios para a Região Amazônica também são exemplos de ações estruturantes adotadas no período.

Há ainda iniciativas em curso voltadas para modernizar os sistemas de informação utilizados pela Instituição, aumentar a segurança de dados e viabilizar soluções que atendam não apenas o MPF, mas todo o Ministério Público da União. É o caso do projeto Cosmos. A sua utilização em todos os ramos uniformiza o monitoramento e o controle da execução orçamentária.

https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/projeto-cosmos-unifica-gestao-orcamentaria--em-todo-o-mpu-e-na-escola-superior-do-ministerio-publico-da-uniao

DESTAQUES

- Estruturação da Procuradoria Regional da República da 6ª Região. Criada em dezembro de 2021 pela Lei nº 14.290, a nova unidade do MPF, que terá sede em Belo Horizonte (MG), já começou a ser estruturada, com **18 ofícios distribuídos**.

- Criação de 300 ofícios digitais para atuação em Juizados Especiais Federais/Custos Legis. A medida representa um novo modelo de trabalho, que prevê **otimização de recursos** e permite **reforço no atendimento em áreas estratégicas**, como a defesa do meio ambiente, entre outras.

- Criação de **30 novos Ofícios Socioambientais** na Amazônia, com implementação de medidas para assegurar a permanência de membros em locais de difícil provimento.

- Expansão dos Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaecos) nas unidades do Ministério Público Federal. Nos últimos 12 meses, os grupos destinados ao combate a crimes complexos chegaram a mais **13 estados**. Modelo segue critérios objetivos e atende a princípios como independência funcional e antiguidade.

- Estruturação de Assessorias de Recursos Repetitivos e Súmulas Vinculantes no Gabinete do PGR, com o objetivo de agilizar e ampliar a atuação institucional perante o Supremo Tribunal Federal em temas de interesse de toda a sociedade.

- Inauguração da **sede própria do MPF no Pará** em maio de 2022, o que representa uma conquista para um estado que apresenta grande demanda de atuação institucional, sobretudo em matéria ambiental.

- Fortalecimento da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), inclusive por meio de convênios com renomadas universidades estrangeiras.

- Recomposição do quadro de pessoal com a **posse de novos membros (3) e servidores (165)**, bem como com a abertura do 30º Concurso Público para Procurador da República (edital lançado em setembro de 2022).

- Ampliação da possibilidade de residência fora da sede para gestantes, lactantes e adotantes, de modo que elas possam contar com rede de apoio familiar nos primeiros 24 meses de vida da criança. O benefício pode ser estendido a famílias monoparentais e homoafetivas.

- Visitas às unidades do MPF em todo o país para reuniões com

membros e servidores, em encontros realizados desde o ano passado, com o arrefecimento da pandemia. Todas Procuradorias Regionais da República já receberam visitas, além de várias Procuradorias da República (MS, CE, PE, PA, RJ, SP, BA, SC, MG, RS, DF e AM).

- Implementação do **Projeto Electio**, que objetiva integrar os sistemas informatizados das diferentes instâncias do MP Eleitoral, facilitando o compartilhamento de dados.

- Estruturação interna da Instituição para o cumprimento integral da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), incluindo a criação de política de privacidade e da Unidade de Proteção de Dados Pessoal (UPDP).

- Implementação de **sessões eletrônicas de julgamentos** no âmbito do Conselho Superior do MPF. A medida agiliza a análise de casos mais simples, liberando as sessões presenciais para assuntos mais complexos e de maior impacto.

Melhoria de fluxo de informações e maior integração

PROJETO
PRISMA

Uma das inovações da atual gestão é o **Projeto Prisma**, iniciativa que busca melhorar o fluxo de informações entre as unidades de todo o Ministério Público (MPU e MPs Estaduais) e o Gabinete do PGR, com vistas a subsidiar e otimizar a atuação recursal do Ministério Público brasileiro perante o STF, de forma **antecipada, coordenada e estratégica**. A ideia é mapear temas de interesse da Instituição que demandem a atuação do procurador-geral da República na Suprema Corte, além de **fortalecer o diálogo** com o STF

e apoiar os membros na interposição de recursos extraordinários (RE). Para tornar ainda mais efetiva essa frente de atuação, houve intensa divulgação dos meios de comunicação internos e aproximação com as demais unidades no MP por meio de cursos, oficinas e de outros espaços para troca de experiências.

3 Frente Criminal

A defesa do sistema acusatório consagrado da Constituição Federal de 1988 foi efetivada em mais de uma oportunidade ao longo do último ano pela Procuradoria-Geral da República. No período, foram apresentadas **dezenas de manifestações** em inquéritos e outros procedimentos de investigação preliminar. Nessa frente, o PGR tem sido firme na defesa tanto das prerrogativas institucionais do órgão acusador quanto dos direitos e das garantias constitucionais dos investigados.

DESTAQUES

- Recursos e manifestações apresentados no âmbito do conjunto de inquéritos e petições relacionado a temas tratados de forma genérica como "atos antidemocráticos" (INQs 4781, 4874 e 4888).

https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/vice-pgr-aponta-vicios-e-pede-arquivamento-de-pedidos-de-parlamentares-no-caso-envolvendo-operacao-contra-empresarios

https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-aponta-vicios-e-pede-anulacao-de-decisao-que-determinou-cautelares-contra-empresarios-por-conversas-em-grupo-de-whatsapp

https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/vice-pgr-reitera-irregularidades-e-pede-anulacao-de-medidas-contra-empresarios-por-conversas-no-whatsapp

- De forma paralela ao trabalho na defesa da sociedade por meio do adequado andamento das investigações e ações penais, a PGR deu impulso a dezenas de procedimentos para apurar **crimes como corrupção, lavagem de dinheiro, organização criminosa**, entre outros. Um exemplo foi a Ação Penal (AP) 1044, que levou à condenação do deputado federal Daniel Silveira, em abril de 2022.

https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/stf-julga-procedente-acao-do-mpf-e-condena-daniel-silveira-a-mais-de-8-anos-de-reclusao-e-a-perda-de-mandato

- Casos complexos em andamento no Superior Tribunal de Justiça demandaram intensa atuação da equipe. Foram **10.965 manifestações produzidas**, parte delas relacionadas a operações de buscas e apreensão, prisões e outras medidas cautelares cujo propósito é recolher provas para subsidiar as investigações em curso. **Em média, ocorreram duas operações a cada mês**.

- Apresentação de petições para manter afastamentos, recebimento de denúncias e cumprimento de penas, garantindo a **eficiência do sistema de Justiça no combate à impunidade**. Exemplos: denúncias contra governadores de estado e outros agentes públicos e particulares por práticas criminosas durante a pandemia de covid-19.

- Apresentação de recursos para garantir o início da execução de penas impostas pelo Tribunal do Júri. Merecem destaque os pareceres do MPF pelo **início da execução da sentença** no caso da Boate Kiss, em Porto Alegre, e no caso do médico mineiro condenado por fraudar laudo de morte encefálica de uma criança para a retirada de órgãos. O MPF defendeu a soberania dos veredictos dos Tribunais do Júri nas duas ocasiões.

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-reitera-pedido-para-prisao-de-medico-condenado-por-fraudar-laudo-de-morte-encefalica-para-extracao-de-orgaos-de-crianca-em-mg/view

Busca por efetividade

Na atuação, a PGR se manteve na disposição de priorizar a busca de soluções pela via da autocomposição. De forma paralela, a equipe monitorou o cumprimento dos acordos de colaboração em andamento. Em um ano, os valores pagos pelos colaboradores totalizaram **R$ 457.346.840,33**. Esses recursos são devolvidos aos cofres públicos para reparação dos danos causados pela atuação criminosa.

> *"Nosso dever é muito maior que combater a criminalidade, é combater as causas da criminalidade como fato social, muitas vezes decorrente da miséria econômica. Isso se faz gerando riqueza".*
>
> *Augusto Aras, Procurador-Geral da República*

Apoio ao trabalho do MPF na Primeira Instância

De um lado, o respeito à independência funcional e, de outro, o apoio estrutural e de articulação. Para ampliar a efetividade do trabalho do MPF, em várias oportunidades, o procurador-geral da República atuou diretamente ou por meio das Câmaras de Coordenação e Revisão (CCRs) em auxílio aos membros da Instituição responsáveis por casos complexos ou que demandam soluções integradas ou interinstitucionais.

➥ ASSASSINATO DE BRUNO PEREIRA E DOM PHILLIPS

Foto: Divulgação/PGR

O caso mobilizou a opinião pública internacional e, para apoiar os procuradores em Primeira Instância, o PGR realizou visita a Tabatinga e articulações com vários órgãos

federais no intuito de assegurar tanto o esclarecimento do caso quanto o aumento da segurança no Vale do Javari, no Amazonas (AM). O trabalho envolveu a participação das Câmaras Criminal (2ª CCR) e de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais (6ª CCR) do MPF. Os procuradores receberam auxílio do Grupo de Trabalho Tribunal do Júri da Câmara Criminal e, como resultado, os responsáveis foram denunciados em julho de 2022, cerca de um mês depois dos crimes.

https://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/noticias-am/mpf-denuncia-tres-pessoas--pelo-assassinato-de-bruno-pereira-e-dom-phillips

https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/vale-do-javari-pgr-defende-medidas-urgentes--para-aumentar-seguranca-de-servidores-da-funai-que-atuam-na-regiao

https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-solicita-providencias-de-orgaos-publicos--para-ampliar-seguranca-no-vale-do-javari

https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-anuncia-reestruturacao-do-mpf-para-en-frentar-o-crime-na-regiao-onde-indigenista-e-jornalista-foram-assassinados

➥OPERAÇÃO RESGATE

Uma das maiores frentes de combate ao trabalho escravo realizada nos últimos anos no país, a iniciativa interinstitucional garantiu o resgate de mais de 300 trabalhadores mantidos em condições degradantes. A Câmara Criminal (2ª CCR) do MPF atuou em apoio ao trabalho de procuradores que buscam a responsabilização penal dos envolvidos.

https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/operacao-resgate-ii-retira-337-trabalhadores--de-condicoes-analogas-a-escravidao

➥CONFLITOS EM TERRA INDÍGENA

A situação de comunidades indígenas em diversos pontos do país – incluindo casos de violência e conflitos decorrentes de práticas como o garimpo clandestino, a disputa por territórios e a falta de atendimento nas áreas de alimentação e saúde – foi outro tema que mereceu atenção e acompanhamento dos órgãos de cúpula do MPF. A Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais (6ª CCR) e o PGR requisitaram e monitoraram providências a partir de solicitações de membros do MPF que atuam nos casos concretos.

https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/garimpo-ilegal-mpf-participa-de-operacao-para-impedir-invasao-de-territorio-indigena-no-sul-do-para

4 Cooperação Internacional

Repatriação de fósseis vendidos ilegalmente e atuação para garantir maior celeridade à recuperação de ativos produto de crime depositados no exterior foram ações cruciais na frente internacional. Merecem destaque: atuação perante o Mercosul, fomento a projetos de cooperação técnica para proteção de comunidades tradicionais, capacitação jurídica para membros de Ministérios Públicos de outros países e tratativas para que a PGR seja reconhecida como autoridade central do Brasil nos casos de repressão a crimes cibernéticos internacionais (Convenção de Budapeste).

DESTAQUES

Fósseis

Após atuação do MPF, fóssil de peixe brasileiro que viveu há mais de 100 milhões de anos voltou ao Brasil. A peça estava sendo vendida em site de leilões da Itália de forma ilegal e agora irá compor o acervo da Universidade Regional do Cariri.

Foto: LeoBark/Secom-MPF

https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-recupera-fossil-brasileiro-de-peixe-que-viveu-ha-mais-de-100-milhoes-de-anos

Já em maio deste ano, foi concluída a repatriação de um conjunto de fósseis vendidos ilegalmente para a França. Retornaram ao Brasil 34 caixas com 345 pedras de animais fossilizados e 648 pequenos quadrados de animais e plantas em formato de fóssil, todos oriundos da Chapada do Araripe, no Cariri cearense.

https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-recupera-fosseis-brasileiros-comercializados-ilegalmente-para-a-franca

Recuperação de ativos

Foto: LeoBark/Secom-MPF

Agilizar a repatriação de ativos que são produto de crime é o objetivo de acordo assinado em abril de 2022 entre a PGR e a Advocacia-Geral da União. A iniciativa viabilizará a contratação de profissionais especializados e escritórios de advocacia no exterior para representar o Brasil na propositura de ações nas áreas cível e administrativa.

https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-e-agu-assinam-acordo-para-agilizar-repatriacao-de-ativos-localizados-no-exterior

Mercosul

A atuação perante o Mercosul seguiu intensa, com participação do PGR e da Secretaria de Cooperação Internacional nas reuniões especializadas do Ministério Público.

Os destaques foram a defesa dos procuradores ameaçados e a articulação pela criação de unidades especializadas em crime cibernético.

https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/em-reuniao-com-procuradores-gerais-do-mercosul-aras-defende-criacao-de-unidades-especializadas-em-criminalidade-cibernetica

https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/em-encontro-do-mercosul-procuradores-gerais--afirmam-que-atentados-contra-integrantes-da-instituicao-representam-ataque-ao-estado-de-direito

RESULTADOS DA COOPERAÇÃO: condenações em matéria criminal

- Brasileiro é condenado a **130 anos de prisão** pela morte de dois militares franceses e 22 tentativas de homicídio.

https://www.mpf.mp.br/ap/sala-de-imprensa/noticias-ap/tribunal-do-juri-brasileiro-e--condenado-a-130-anos-de-prisao-pela-morte-de-dois-militares-franceses-e-22-tentativas--de-homicidio

- Empresários ingleses são condenados em Londres por esquema fraudulento de investimento ambiental no Brasil, com **2 mil investidores enganados** e movimentações financeiras de aproximadamente **37 milhões de libras** (cerca de R$ 222 milhões).

https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/medidas-de-cooperacao-internacional-implementadas-pelo-mpf-viabilizam-condenacao-de-empresarios-em-londres

5 Repercussão Geral

O resgate do princípio constitucional da unidade do Ministério Público brasileiro foi um dos esforços empreendidos pelo PGR no último ano, a partir de projetos que buscam a articulação e integração com todos os ramos da Instituição. Esse foi o fio condutor da atuação na defesa de teses nos Tribunais Superiores com impacto em toda a sociedade. As teses propostas e defendidas pelo PGR tratam de temas como combate ao trabalho escravo, prescrição dos prazos da Nova Lei de Improbidade Administrativa, marco temporal para demarcação de terras indígenas, direito à privacidade e proteção de dados, entre outros.

NÚMEROS

Apenas em 2022, aproximadamente **40** temas tiveram a repercussão geral reconhecida pelo STF.

Ao todo, **187** manifestações da PGR trataram de temas relativos a repercussão geral e súmulas vinculantes.

Prescrição de prazos da Nova Lei de Improbidade Administrativa

Em agosto, o STF acolheu em parte a tese defendida pelo PGR para determinar que os prazos prescricionais previstos no novo texto da Lei de Improbidade Administrativa – modificada em outubro de 2021 – não podem ser aplicados a casos anteriores à data de publicação das novas regras, ainda que sejam benéficos ao réu. Apenas nessa temática, foram apresentados pedidos de liminar, pareceres e memoriais.

ASSISTA AO VÍDEO

https://www.youtube.com/watch?v=xkVUVqSfAJA&list=PLbbVbiVtNJf-2Vpm7t4p76t7BdCHP3xIMy&index=5

https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/para-pgr-nova-lei-de-improbidade-nao-deve--retroagir-para-beneficiar-agente-publico-condenado-sob-regra-anterior

Marco temporal

Em setembro de 2021, o PGR manifestou-se sobre a tese do marco temporal para a demarcação de terras indígenas, caso de grande repercussão nacional, mas ainda pendente de julgamento no Supremo. Para Aras, o art. 231 da Constituição Federal garante aos povos indígenas direitos originários sobre as terras de ocupação tradicional.

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-defende-que-demarcacao-de-terras-indigenas-deve-considerar-caso-concreto-e-norma-constitucional-vigente-a-epoca

Divulgação de informações contidas em ações

O PGR defendeu que a divulgação ampla de informações contidas em ações trabalhistas e criminais na internet, a partir de consulta pelo nome da parte, fere o direito fundamental à proteção de dados. Houve ainda manifestações com propostas de tese em casos que discutem a competência para julgar ações sobre vínculo de trabalho de servidor celetista, o uso exclusivo da marca iPhone no Brasil pela empresa brasileira IGB Eletrônica e a aplicação do piso salarial nacional estipulado em lei para remuneração inicial de professores da educação básica da rede pública estadual.

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/cabe-a-justica-do-trabalho-julgar-acao-de-servidor-celetista-contra-o-poder-publico-opina-pgr

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/piso-nacional-do-magisterio-deve-ser-usado-como-base-para-definicao-de-plano-de-carreira-nos-estados-e-municipios-opina-pgr

Trabalho escravo

Para o PGR, é inconstitucional qualquer diferenciação regional dos critérios de caracterização do trabalho como degradante para fins de tipificação do crime de redução à condição análoga à de escravo, previsto no art. 149 do Código Penal. O caso também envolve pedido de reconhecimento de repercussão geral.

https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/e-inconstitucional-diferenciar-por-regioes-criterios-para-caracterizar-trabalho-escravo-degradante-defende-pgr

Reparação de dano ambiental

Augusto Aras pediu o reconhecimento da repercussão geral em recurso extraordinário que trata da imprescritibilidade de reparação civil por danos ao meio ambiente. O entendimento é que esse

tipo de reparação civil é imprescritível ainda que seja reconhecida no âmbito do processo criminal ou que tenha sido convertida em prestação pecuniária.

https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/reparacao-civil-de-dano-ambiental-e-imprescritivel-mesmo-no-ambito-de-processo-criminal-defende-mpf

6 Frente Eleitoral

Na esfera eleitoral, o PGR atua para assegurar o cumprimento da legislação, com o intuito de preservar o equilíbrio da disputa, a livre escolha dos eleitores e o fortalecimento da democracia. Como procurador-geral Eleitoral, cabe a ele atuar perante o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em ações relativas às eleições presidenciais e em recursos de casos iniciados em outras instâncias da Justiça Eleitoral.

De setembro de 2021 a setembro de 2022, a Procuradoria-Geral Eleitoral (PGE) enviou cerca de **11,7 mil manifestações** ao TSE sobre questões relacionadas a registro de candidatura, propaganda eleitoral, prestação de contas, cota de gênero, abuso de poder, entre outros temas relacionados ao pleito de 2022 e de anos anteriores.

Nesse sentido, defendeu teses importantes na esfera Eleitoral, como a possibilidade de um partido fazer coligação para disputar o governo do estado, mas lançar candidatura própria para o Senado, ou de indicar apenas um nome para concorrer às eleições proporcionais, desde que seja de uma mulher, para cumprir a cota de gênero.

Apenas em relação às eleições deste ano, até a primeira quinzena de setembro, foram registrados cerca de **600 ações de investigação judicial eleitoral (AIJE) no sistema do MPF para atuação da PGR**, seja como parte, seja emitindo parecer.

Também compete ao PGR coordenar a atuação do Ministério Público Eleitoral em todo o país, respeitada a independência funcional dos membros.

MP Eleitoral – Força de trabalho

150 procuradores do MPF
Mais de **4.500** promotores do Ministério Público Estadual
Cerca de **5.000** servidores

Para assegurar uma atuação integrada entre todos esses atores, o PGR reativou, em junho deste ano, o Grupo Executivo Nacional da Função Eleitoral (Genafe). O grupo expediu orientações normativas sobre a inclusão de recursos de acessibilidade nas propagandas eleitorais; o cumprimento da cota de gênero nas eleições; a fiscalização do derramamento de santinhos às vésperas do pleito; e a garantia de acessibilidade a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida nas sessões eleitorais.

Atuação eleitoral em 2022

35 mil novas ações em matéria Eleitoral registradas no sistema do MPF
84% relativas a registros de candidaturas
850 candidaturas contestadas pelo MP Eleitoral em todo o país

Combate à violência política de gênero

Uma prioridade da atual gestão é o combate à violência política de gênero, tarefa destinada a um grupo de trabalho criado em 2021 para dar efetividade à Lei nº 14.192/2021, que criminalizou a prática. Desde dezembro, o grupo encaminhou **16 representações** aos procuradores regionais Eleitorais para análise e tomada de providências cabíveis na esfera Criminal. Além disso, o grupo dialoga com os partidos políticos para que adotem medidas de maior participação feminina na política e propõe fluxos de trabalho no Ministério Público para garantir celeridade na tramitação das investigações sobre violência política de gênero.

Como fruto do trabalho, a PGR assinou acordo com o TSE para dar prioridade ao tratamento desses casos em todo o sistema de Justiça. Também foi lançada neste ano campanha nas redes sociais e uma cartilha para mostrar à população como identificar a prática e denunciá-la ao Ministério Público.

Desde que a lei foi sancionada até a primeira quinzena de setembro, foram abertos em todo o Ministério Público Federal mais de **40 procedimentos** relacionados ao assunto violência política de gênero, decorrentes de representações recebidas pelo Órgão ou abertos de ofício por procuradores.

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/cartilha-ajuda-a-identificar-tipos-de-violencia--politica-contra-a-mulher-e-mostra-como-denunciar

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mp-eleitoral-e-tse-firmam-acordo-para-priorizar-combate-a-violencia-politica-de-genero

Parcerias e atuação coordenada

Foto: Secom/CNMP

O PGR estabeleceu parcerias com o TSE, a Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral, o Conselho Nacional do Ministério Público e outras instituições para fortalecer o combate à corrupção e à disseminação de notícias falsas relacionadas ao processo eleitoral, assim como prevenir e reprimir condutas ilegítimas que causem perturbação ao processo eleitoral. O MPF também acompanhou todos os procedimentos de auditoria para garantir o aprimoramento e a segurança do sistema eletrônico de votação.

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/cnmp-tse-e-cnj-firmam-parceria-para-prevenir--condutas-ilegais-nas-eleicoes-2022

7 Resultados

Nos últimos 12 meses, em 90% das ações constitucionais julgadas pelo STF, a decisão foi favorável ao posicionamento defendido pelo procurador-geral da República.

EXEMPLOS DE PEDIDOS DO PGR JULGADOS PROCEDENTES PELO STF

- **ADI 6603** – O STF acolheu ação do PGR e declarou inconstitucional a Lei nº 13.109/2015, que instituiu prazos diferentes para a licença à gestante e à adotante integrantes das Forças Armadas.

- **ADIs 7.111, 7.113, 7.116, 7.119 , 7.122, 7.123 e 7.117** – O STF declarou a inconstitucionalidade de leis estaduais que aumentaram a alíquota do Imposto sobre Circulação e Serviços (ICMS) sobre energia elétrica e comunicações em patamar acima da alíquota geral. As leis declaradas inconstitucionais são do Pará, do Tocantins, do Distrito Federal, de Minas Gerais, de Rondônia, de Goiás e de Santa Catarina.

- **ADIs 7.137 e 7.142** – A pedido do PGR, o STF invalidou leis dos estados do Acre e de São Paulo que previam a dispensa de novas eleições em caso de vacância nos cargos de governador e vice. Conforme as ações, a previsão fere a Constituição Federal, que estipula a realização de eleições como requisito indispensável para investidura em mandato de chefe do Executivo.

- **ADIs 6.899, 6.901 e 6.903** – Por unanimidade, os ministros do Supremo Tribunal Federal julgaram inconstitucionais normas do Maranhão, da Bahia e de Alagoas sobre atividades nucleares, em atendimento a pedido apresentado pelo procurador-geral da República.

RECEBIMENTO DE DENÚNCIAS

Por unanimidade, os ministros da Suprema Corte receberam a denúncia contra um deputado e um assessor por forjar tentativa de homicídio contra o próprio parlamentar. A Suprema Corte também transformou em réu ex-deputado denunciado por incitação à prática de crime e por tentar impedir ou restringir, com emprego de violência ou grave ameaça,

o livre exercício dos Poderes da União e dos estados, além de calúnia e homofobia.

No Superior Tribunal de Justiça, foram recebidas, desde setembro do ano passado, pelo menos quatro denúncias apresentadas pela Procuradoria-Geral da República. Entre os réus, estão desembargadores, conselheiros de cortes de contas e outros agentes públicos acusados da prática de crimes como corrupção, peculato e lavagem de dinheiro, entre outros.

https://www.mpf.mp.br/es/sala-de-imprensa/noticias-es/stj-recebe-denuncia-do-mpf--contra-desembargador-do-es-e-determina-seu-afastamento-do-cargo

https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/stj-recebe-denuncia-do-mpf-contra-4-desembargadores-do-trt-rj-por-corrupcao-peculato-e-lavagem-de-dinheiro

TRABALHO ARTICULADO

Nos últimos 12 meses, a atuação articulada do Ministério Público com outras instituições foi ampliada por meio da celebração de diversos acordos de cooperação. Os temas incluídos nessas parcerias são variados e vão do acesso a informações de inteligência reunidas por órgãos como a Polícia Federal e a Agência Brasileira de Inteligência ao trabalho conjunto para combater a violência doméstica e os cartéis; da proteção de recursos hídricos ao combate ao discurso de ódio e à consolidação de informações sobre desaparecidos. Com o objetivo de garantir a higidez, a lisura e o equilíbrio das eleições gerais, foram fechadas parcerias com a Justiça Eleitoral e com entidades que atuam em frentes como o combate à desinformação. Entre as vantagens desses acordos, estão o compartilhamento de informações e de experiências que podem agilizar o andamento de investigações e ampliar os resultados entregues à população sem aumento de gastos.

ACORDOS FIRMADOS NOS ÚLTIMOS 12 MESES

- MPF e CNJ – compartilhamento de dados para prevenção e controle das infrações penais.
- MPF, CNPG e Cade – criação da Frente Nacional de Combate a Cartéis (FNCC).
- MPF e AGU – ações para agilizar a repatriação de ativos localizados no exterior.
- MPF e Procuradoria-Geral da Federação da Rússia – implementação de programa de atividades para troca de experiências e combate ao crime organizado transnacional.
- MPF e TST – intercâmbio de informações e de tecnologia.
- MPF e Secretaria da Mulher do DF – reserva de 2% das vagas nos contratos de serviços terceirizados para mulheres, com prioridade para aquelas em situação de vulnerabilidade econômica em decorrência de violência doméstica e familiar.
- MPF, CNMP e UFPE – implantação de centro de inovação em saúde digital.
- MPF e Mapa – cooperação técnica para assegurar o bem-estar animal nas atividades culturais e esportivas equestres.
- MPF e Polícia Federal – ações para ampliar a prevenção e a repressão da criminalidade no Brasil.
- CNMP e Polícia Federal – capacitação na área da inteligência, proteção de informações sensíveis e intercâmbio de dados.
- CNMP e Caixa Econômica Federal – enfrentamento da violência doméstica, proteção e garantia de independência financeira às mulheres vítimas de violência.
- CNMP e Ministério da Justiça – acesso à Plataforma Integrada

de Operações e Monitoramento de Segurança Pública (Córtex).

- CNMP e MP/RJ – prorrogação do termo que instituiu o Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos (Sinalid).

- CNMP, TSE e CNJ – prevenção de condutas ilegais nas eleições.

- CNMP e Agência Nacional de Águas – atuação conjunta na proteção de recursos hídricos.

- MPF, CNMP e TSE – atuação integrada no enfrentamento da violência política contra as mulheres.

- CNMP e MP/RJ – aprimoramento da gestão e dos processos de inovação e transformação digital.

- CNMP e MPDFT – elaboração de projetos de arquitetura.

- CNMP e Confederação Israelita – desenvolvimento de ações e iniciativas para combater o discurso de ódio.

- CNMP, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e o MP/RJ – ampliação do uso Sinalid, o sistema de localização e identificação de desaparecidos, para viabilizar o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.

- CNMP e Escola Superior do MP/SP – capacitação e cursos de aperfeiçoamento.

- CNMP – adesão ao Pacto Nacional pela Educação, celebrado para atuar no enfrentamento dos impactos da pandemia de covid-19 na educação brasileira.

- CNMP e Instituto Igarapé – elaboração de estudos e de orientações técnicas visando ao aprimoramento do controle externo da polícia penal e à redução da violência no sistema prisional.

- CNMP e Universidade de Lisboa – realização de pesquisas, even-

tos e estudos conjuntos entre as duas instituições.

Debates sobre temas relevantes

Um dos nortes da atual gestão é o entendimento de que o direito não é um fim em si mesmo, mas se trata de um instrumento que deve estar sempre a serviço da sociedade, atuando como fator integrativo em permanente diálogo com outras áreas do conhecimento e com o momento atual. Nesse sentido, com o apoio das Câmaras de Coordenação e Revisão do MPF, foram realizados diversos eventos para discutir assuntos transversais, como oportunidades econômicas e soluções verdes, crise no mercado de fertilizantes decorrente de conflitos internacionais, modelos de financiamento para pecuária com foco em sustentabilidade; saúde e previdência; e temáticas indígenas.

https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/membros-do-mpf-e-representantes-do-setor--publico-e-privado-dialogam-sobre-oportunidades-economicas-e-solucoes-verdes/view

https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/reuniao-interinstitucional-discute-aspectos-sociais-ambientais-e-economicos-da-producao-nacional-de-fertilizantes

https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/abrilindigena-mpf-recebe-liderancas-de-todo-o--pais-para-ouvir-reivindicacoes-e-prestar-esclarecimentos

8 Outras frentes de atuação

Defesa das Vítimas

Foto: Secom/CNMP

Lançado oficialmente em julho de 2022, o Movimento Nacional em Defesa dos Direitos das Vítimas representa um reposicionamento humanista do Ministério Público brasileiro. A iniciativa prevê ações de mobilização, capacitação e campanhas com o objetivo de convocar os órgãos integrantes do Sistema de Justiça a conferirem um novo olhar para a realidade de quem teve seus direitos violados.

ASSISTA AO VÍDEO

https://www.youtube.com/watch?v=FUat0sB1QTg

https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/201cvitima-nao-tem-culpa-deve-ser-acolhida-e--respeitada201d-defende-augusto-aras-em-evento-lancamento-de-movimento-nacional

"Vítima não tem culpa, deve ser acolhida e respeitada. Tenhamos um olhar empático, cuidadoso e ativo."

Augusto Aras, Procurador-Geral da República

20 anos da sede da PGR

A sede da Procuradoria-Geral da República é um marco arquitetônico da capital federal e sintetiza a história do Ministério Público Federal ao mesmo tempo que projeta a Instituição para o futuro. Para celebrar o aniversário do prédio, contar a história da construção e reconhecer o trabalho de todos os que participaram dessa empreitada, foram realizadas atividades, como solenidade especial com a presença de autoridades, documentário, edição de livro comemorativo e exposição.

ASSISTA AO VÍDEO https://www.youtube.com/watch?v=H62nHM2bWeM

https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/evento-celebra-20-anos-da-sede-da-procuradoria-geral-da-republica-e-homenageia-ex-pgr-geraldo-brindeiro

Planejamento Estratégico Institucional 2022-2027

Lançado em 2022, o novo Mapa Estratégico do Ministério Público Federal elenca **19 objetivos** voltados a assegurar maior efetividade na atuação institucional, resolutividade e coordenação, com foco na obtenção de resultados cada vez mais efetivos para a sociedade. O novo mapa expressa a necessidade de o MPF atuar de forma coordenada com órgãos, instituições e sociedade

civil, além de utilizar a inteligência e a especialização para avançar no combate ao crime e à corrupção, na defesa dos direitos fundamentais e do Estado Democrático de Direito.

https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/novo-mapa-estrategico-do-mpf-destaca-temas--como-desterritorializacao-e-inovacao

Campanha Ser diferente é legal

Foto: Leonardo Prado

A iniciativa de comunicação foi desenvolvida no âmbito do projeto Respeito e Diversidade, criado em parceria com o CNMP e a ESMPU. Durante três meses a partir de setembro de 2022, postagens nas redes sociais do MPF abordaram e discutiram temas, como a importância de se respeitar as diferenças, de fomentar a tolerância e a cultura da paz dentro e fora das redes. Milhares de contas em redes sociais foram atingidas pelo conteúdo.

https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/ser-diferente-e-legal-sede-da-pgr-recebe-adesivos-gigantes-com-a-chamada-da-campanha

MPF

Ministério Público Federal